



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

**Aborto previsto em Lei: Opinião e Conhecimento dos Acadêmicos de
Enfermagem**

ALESSANDRA LIMA FONTENELE

Brasília - DF
2017

ALESSANDRA LIMA FONTENELE

**Aborto previsto em Lei: Opinião e Conhecimento dos Acadêmicos de
Enfermagem**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de graduação em Enfermagem na Faculdade Ciências da Saúde (FS) da Universidade de Brasília – UnB, campus Darcy Ribeiro, como requisito necessário para à obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Dirce Bellezi Guilhem

Co-orientadora: Dra Maria da Graça Camargo Neves

Brasília - DF
2017

ALESSANDRA LIMA FONTENELE

Aborto previsto em Lei: Opinião e Conhecimento dos Acadêmicos de Enfermagem

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de graduação em Enfermagem na Faculdade Ciências da Saúde (FS) da Universidade de Brasília – UnB, campus Darcy Ribeiro, como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Dirce Bellezi Guilhem

Co-orientadora: Dra Maria da Graça Camargo Neves

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Dirce Bellezi Guilhem

Membro Efetivo: Profa. Dra. Rejane Antonello Griboski

Membro Efetivo: Profa. Dra. Carla Targino Bruno dos Santos

Membro Suplente: Profa. Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira

Brasília - DF
2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao curso de Enfermagem da Universidade de Brasília e às pessoas, amigos e professores com quem convivi ao longo destes anos.

E dedico também a todos os acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem de 2016, que participaram e colaboraram na realização desta pesquisa.

A todos, o meu sincero obrigada.

AGRADECIMENTOS

Minha formação profissional, assim como a realização dos meus sonhos universitários, não poderia ter sido concretizada sem a ajuda de meus pais Arão e Vera Fontenele, entes extremamente importantes para a minha vida e que, no decorrer destes cinco anos, proporcionaram um ambiente propício e acolhedor para o meu desenvolvimento, me ensinando a ser perseverante, obstinada, focada e curiosa.

Agradeço os meus amigos e amigas, que estiveram presentes em todos os momentos da minha vida e que sempre continuarão.

À professora Dirce Bellezi Guilhem por toda sua dedicação, paciência, esforço, confiança e ensinamentos, que possibilitaram a realização desta e outras conquistas por mim nunca antes sonhadas.

Um agradecimento especial à minha querida e amada irmã Juliane Fontenele que sempre permaneceu ao meu lado, nos bons e maus momentos, me ajudando e incentivando durante todo este longo percurso.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, meus sinceros agradecimentos.

"A tolerância é a melhor das religiões."
(Victor Hugo)

Resumo

INTRODUÇÃO: Os Programas de "Aborto Legal" são serviços multiprofissionais regulamentados pelo Ministério da Saúde para prática do aborto em mulheres cujas gestações se enquadram nos casos previstos no código penal e na jurisprudência. Essa temática pode suscitar questões éticas, morais e religiosas. O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem indica a possibilidade de objeção de consciência e recusa de participação no procedimento, excetuando-se casos de urgência e emergência. A falta de abordagem seletiva da temática na graduação, a ausência de cursos e/ou debates que auxiliariam na formação dos acadêmicos, contribuem para atendimento precário e desqualificado às mulheres em situação de abortamento. Percebe-se a necessidade de ampliar estas discussões para além dos aspectos fisiológicos e legais do aborto, de forma a instruir os acadêmicos não apenas nas técnicas, mas também nas competências éticas do cuidado. **OBJETIVO:** Identificar as concepções e conhecimentos dos acadêmicos de enfermagem sobre objeção de consciência e o aborto legal. **METODOLOGIA:** Estudo com delineamento quantiquantitativo. Participaram 44 acadêmicos do curso de enfermagem de uma universidade pública do DF, que se enquadravam nos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de um questionário eletrônico, cujo TCLE compunha a página inicial do arquivo. **RESULTADOS:** Observou-se que as concepções religiosas e as moralidades socialmente construídas, mais do que o conhecimento científico adquirido, influenciam comportamentos e atitudes dos estudantes sobre esses temas. Constatou-se que a universidade e o curso de enfermagem não estão preparados para a abordagem desta temática. **CONCLUSÕES:** Percebeu-se que conhecer a opinião dos acadêmicos sobre eticidades subjacentes a temas sensíveis fornece evidências para a adoção de novas estratégias para a abordagem de situações de difícil mediação moral, promovendo debates e servindo como base para práticas de saúde humanizadas.

Palavras-Chaves: Aborto, Aborto Legal, Cuidados em Enfermagem, Estudantes de Enfermagem, Ética em Enfermagem, Práticas em Saúde.

Abstract

INTRODUCTION: The "Legal Abortion" Programs are multi-professional services regulated by the Ministry of Health for the practice of abortion in women whose pregnancies fall under the provisions of the penal code and jurisprudence. This theme can lead ethical, moral and religious issues. The Code of Ethics of Nursing Professionals indicates the possibility of conscientious objection and refusal to participate in the procedure, except for cases of urgency and emergency. The lack of a selective approach to undergraduate courses, the absence of courses and / or debates that would aid in the training of academics, contribute to precarious and disqualified care for women in situations of abortion. That is why a need to expand these discussions beyond the physiological and legal aspects of abortion, to instruct academics not only in techniques but also in the ethical competencies of care.

OBJECTIVE: To identify the conceptions and knowledge of nursing students about conscientious objection and legal abortion. **METHODOLOGY:** A study with a qualitative and quantitative design. Thirty-four nursing students from a public university in the Distrito Federal participated in the study, which fit the criteria for inclusion and exclusion of the research. The data were collected through an electronic questionnaire; the TCLE composed the initial page of the file. **RESULTS:** It was observed that religious conception and socially constructed morals are more influential in students' behaviors and attitudes, than acquired scientific knowledge about the themes during the undergraduate. It was verified that the university and the nursing course are not prepared to approach this theme. **CONCLUSIONS:** It was noticed that knowing students' opinions and knowledge about controversial and sensitive themes, provides evidence to create new strategies to approach situations of difficult moral mediation, promoting debates and serving as a basis for humanized health practices.

Keywords: Abortion, Legal Abortion, Nursing Care, Nursing Students, Nursing Ethics, Health Practices.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivos específicos	13
3. MATERIAIS E MÉTODOS	14
3.1 Metodologia de pesquisa	14
3.2 Aspectos Éticos	14
3.3 Local de realização da pesquisa	15
3.4 População da pesquisa	16
3.5 Critérios de Inclusão e Exclusão.....	16
3.6 Instrumento da pesquisa	16
3.7 Coleta e análise de dados	17
4. RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	18
5. CONCLUSÃO	34
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APENDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	41
APENDICE II - Sessão 1: Questionário Sócio-demográfico	42
APENDICE III - Sessão 2: Questionário Temático.....	43
ANEXO I	48
ANEXO II	49
ANEXO III	50
ANEXO IV.....	51
ANEXO V	52
ANEXO VI.....	53\

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem de acordo com as variáveis sociodemográficas. Brasília, 2016.

Tabela 2. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo a opinião sobre aborto. Brasília, 2016.

Tabela 3. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo a opinião quanto às situações nas quais o aborto deve ser permitido. Brasília, 2016.

Tabela 4. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo a opinião sobre quem possui a responsabilidade de decidir pela interrupção da gravidez. Brasília, 2016.

Tabela 5. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem de acordo com as disciplinas cursadas onde houve discussões sobre os aspectos do aborto ou sobre o atendimento às mulheres e adolescentes que procuram o serviço de Aborto Legal. Brasília, 2016.

Tabela 6. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo o conhecimento sobre a Objeção de Consciência. Brasília, 2016.

Tabela 7. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo o que consideravam verdadeiro em relação à objeção de consciência. Brasília, 2016.

Tabela 8. Distribuição dos acadêmicos de enfermagem segundo a opinião sobre o currículo acadêmico atual discutir (ou não) aspectos éticos do aborto e abrangendo (ou não) as competências técnicas do atendimento às mulheres e adolescentes em situação de abortamento. Brasília, 2016.

1. INTRODUÇÃO

O aborto é um tema difícil de ser estudado no contexto da sociedade brasileira. Representa um desafio a ser discutido pelos profissionais da saúde. Sua menção faz emergir opiniões divergentes, seja no campo ético, moral, emocional, cultural e religioso, ou no campo das relações de gênero. O abortamento representa um grave problema de saúde pública para o país. Estima-se que ocorram mais de um milhão de casos por ano dentro do território brasileiro, tornando-o uma das principais causas da mortalidade materna (BRASIL, 2010; PEDROSA; GARCIA, 2015).

O aborto é considerado crime pelo Código Penal Brasileiro de 1940; mas, ao mesmo tempo em que o código tipifica o ato como crime, reconhece suas exceções: quando a gravidez for resultante de estupro ou quando a vida da mulher estiver em risco. Existe outra possibilidade, para qual existe jurisprudência, que são os casos de anencefalia ou incompatibilidade com a vida após o nascimento. O “Aborto Legal” é uma expressão brasileira para descrever esta ambiguidade entre a punição e as políticas públicas (DINIZ et al., 2014).

Por meio das normas técnicas “*Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes*” e a “*Atenção Humanizada ao Abortamento*”, o Ministério da Saúde regulamenta os serviços de aborto legal no país. Esses serviços devem ser compostos por equipes multiprofissionais, integradas por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, assistentes sociais e psicólogos, capazes de atender mulheres cujas gestações se enquadram nos casos previstos no código penal e na jurisprudência (BRASIL, 2010; BRASIL^B, 2012).

Levando-se em conta a abordagem profissional dessas equipes, a temática do aborto ocasiona questões morais, religiosas e éticas. Dessa forma, os Códigos de Ética de cada membro da equipe oferecem aos profissionais o direito de alegarem objeção de consciência nos procedimentos para realização do aborto. A objeção de consciência é um mecanismo capaz de contribuir para a humanização do campo da saúde, visto que, além de criar relações baseadas em respeito à diversidade, ela se torna uma ferramenta do profissional quando suas crenças não

estão de acordo aos procedimentos prestados (CAMARGO; GUILHEM; LAGO, 2014; SANTOS, 2011).

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem prevê que a equipe de enfermagem pode alegar diferenças entre suas crenças e o procedimento do aborto e recusar-se a participar do ato, desde que não seja caracterizado como situação de urgência ou emergência. Apesar de ser garantida ao profissional a alegação à objeção de consciência, está fora de cogitação efetuar atendimento desqualificado ou tratar mal as mulheres que procuram os serviços de pronto atendimento obstétrico (BRASIL, 2007).

As mulheres em situações de abortamento tendem a expressar a sua dor fisiológica e existencial ao profissional que a atende e, na maioria dos casos, esse vínculo é criado com a equipe de enfermagem, pois, o enfermeiro é visto como o profissional que demanda atenção, carinho, dedicação e confiança (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007).

Porém, a abordagem seletiva da temática pelo sistema universitário durante a graduação, e a ausência de cursos e/ou debates que auxiliariam na formação dos acadêmicos, contribuem para um atendimento precário e desqualificado a estas mulheres. O curso de enfermagem deve ser um espaço para discussões não apenas dos cuidados técnicos e fisiológicos do aborto, mas também dos valores éticos, culturais e morais que englobam esta temática. Desta forma, amplia-se a visão que os futuros profissionais possuem acerca do aborto, melhora-se o exercício profissional e promove-se uma assistência integral e humanizada (BRITO et al., 2015).

Diante disso, percebe-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática para além dos aspectos fisiológicos e legais, de forma a instruir os acadêmicos de enfermagem não apenas nas técnicas, mas também nas competências éticas do cuidado. Buscando-se criar um debate sobre o problema e possíveis mudanças na saúde e na educação universitária, garantido uma assistência de qualidade a todas que procuram o serviço (BRITO et al., 2015).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar as concepções dos acadêmicos de enfermagem sobre o aborto previsto em lei e os conhecimentos que estes possuem acerca da temática.

2.2 Objetivos específicos

1. Conhecer o posicionamento dos estudantes de enfermagem do 7º, 8º, 9º e 10º semestre, que já cursaram disciplinas cujo foco é a saúde da mulher e/ou a bioética, e verificar o enfoque que o sistema universitário dá a esta temática e os aspectos éticos relacionados.
2. Analisar o preparo que os acadêmicos de enfermagem recebem durante a graduação para atuarem perante casos de aborto provocado e/ou no serviço de Aborto previsto em Lei.
3. Verificar se os acadêmicos de enfermagem possuem esclarecimento sobre a objeção de consciência e a sua influência nas práticas cotidianas da profissão.

5. CONCLUSÃO

A objeção de consciência é um instrumento normativo presente no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e nas políticas públicas. Visa proteger a integridade dos profissionais envolvidos em uma situação de conflito moral. Levando em consideração as convicções individuais, esse instrumento protegeria o sentimento de integridade moral do enfermeiro ou técnico de enfermagem, pois, autoriza-o a não participar de um procedimento que considera moralmente errado, embora legal (DINIZ, 2011).

Os resultados deste estudo possibilitaram conhecer as opiniões e o conhecimento dos acadêmicos de enfermagem acerca do aborto, o serviço de abortamento e a objeção de consciência. Os dados revelaram que as concepções religiosas e os conceitos morais dos acadêmicos são grandes influências para a formulação do pensamento científico sobre este fenômeno. Porém, foi possível perceber que a universidade e o curso de enfermagem não estão preparados para trabalhar esta temática no âmbito acadêmico e, quando o fazem, os estudantes não se comprometem adequadamente.

De acordo com Farias e Cavalcanti (2012) a fragilidade na formação dos acadêmicos para atuarem junto às mulheres e adolescentes em situação de abortamento, está relacionada a limitada abordagem sobre este tema durante a graduação e a dificuldade na participação dos estudantes em atividades relacionadas a temática.

É possível reconhecer que condutas desumanas e atendimento desqualificado são alguns dos motivos que levam as mulheres em situação de abortamento a não procurarem atendimento nos serviços de saúde. Verificou-se a importância da abordagem e discussão sobre estas temáticas no cenário da universidade. Uma vez que, este déficit curricular acarreta no modo como estes estudantes se sente preparados, capacitados ou confortáveis em relação a este tipo de atendimento.

Então, identificar as concepções dos acadêmicos de enfermagem sobre questões morais e éticas que circundam o tema do aborto e da objeção de consciência possibilitaria ampliar o debate e serviria como base para práticas mais humanizadas no atendimento às adolescentes e mulheres que buscam o aborto previsto em lei em serviços de referência.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, K.F.; SANTOS, V.C.; SOUZAS, R.; EUGÊNIO, B.G.; **Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos.** Rev.Saúde em Debate [internet], v.37, n.98, p.504 - 515, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a14v37n98.pdf>>. Acesso em: 29 de maio 2017.

BARDIN, L.; **Análise de Conteúdo.** Portugal: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública no Brasil: 20 anos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica.** 2º edição - Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen 311/2007 [internet]. **Código de ética dos profissionais de enfermagem.** Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007; Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução CNE/CES Nº 3, de 07 de Novembro de 2001.** Diário Oficial da União. Brasília, 2001.

BRASIL^A. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N.466/2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília: CHS; 2012

BRASIL^B. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e Tratamento de Agravos**

resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

BRITO, R.S; SANTOS, D.L.A.; GAMA, C.M.S.; SILVA, A.B.; **Opinião de Estudantes de Enfermagem sobre Aborto Provocado.** Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v.29, n.2, p.115-124, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/12899/pdf_127>. Acesso em: 10 de abril 2016.

CAMARGO, M.G.; GUILHEM, D.B.; LAGO, D.M.S.K.; **Objeção de Consciência e aborto legal sob a perspectiva da saúde: revisão integrativa.** Rev. Enferm. UFPE [internet], v.8, n.6, p.1774-81. 2014. Disponível em: <www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/.../9393>. Acesso em: 12 de abril 2015.

CRESWELL, J.W.; CLARK, V.L.P.; **Pesquisa de Métodos Mistos.** 2º edição. São Paulo: Penso, 2014. 288 p.

DALFOVO, M.S.; LANA, R.A.; SILVEIRA, A.; **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Rev. Interdisciplina Científica Aplicada [internet], Blumenau, v.2, n.4, p.01-13. 2008. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativo_s_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em: 10 de junho 2016.

DINIZ, D.; DIOS, V.C.; MASTRELLA, M.; MADEIRO, A.P.; **A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil.** Rev. Bioética [internet], v.22, n. 2, p.291-8. 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v22n2/11.pdf> >. Acesso em: 10 de abril 2015.

DINIZ, D.; **Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública.** Rev. Saúde Pública [internet], v.45, n.5, p.981-5. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n5/2721.pdf>>. Acesso em: 13 de abril 2015.

DONATI, L.; ALVES, M.J.; CAMELO, S.H.H.; **O perfil do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem de uma faculdade privada.** Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.446-450, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a19.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto 2016.

DUARTE, G.A.; ALVARENGA, A.T.; OSIS, M.J.M.D.; FAÚNDES, A.; HARDY, E.; **Perspectiva masculina acerca do aborto provocado.** Rev. Saúde Pública [internet], v.36, n.3, p.271 - 277, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n3/10487.pdf>>. Acesso em: 29 de maio 2017.

FARIAS, R.S.; CAVALCANTI, L.F.; **Atuação diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhães.** Rev. Ciência & Saúde Coletiva [internet], v.17, n.7, p.1755-1763, 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n7/14.pdf>>. Acesso em: 29 de maio, 2017.

GUSSI, M.A.; DYTZ, J.L.G.; **Religião e espiritualidade no ensino e assistência em enfermagem.** Rev. Bras. Enferm. [internet] Brasília, v.61, n.3, p.377 - 384, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672008000300017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 de maio, 2017.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência (Resultados da Amostra).** IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2017.

MADEIRO, A.; RUFINO, A.; SANTOS, P.; BANDEIRA, G.; FREITAS, I.; **Objeção de consciência e aborto legal: Atitudes de Estudantes de Medicina.** Rev. Bras. Educ. Médica [internet], v.40, n.1, p.86-92, 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010055022016000100086&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01 abr. 2017.

MARCONSIN, M.N.; MARÇAL, M.; XAVIER, J.; SILVA, L.R.; LEMOS, A.; **O tema aborto na graduação em enfermagem e medicina.** Rev. Sau. & Transf. Soc. [internet], Florianópolis, v.4, n.3, p.58-64, 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1991/3020>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MARIUTTI, M.G.; ALMEIDA, A.M.; PANOBIANCO, M.S.; **O cuidado de enfermagem na visão de mulheres em situação de abortamento.** Rev. Latino-am. [internet], v.15, n.1. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n1/pt_v15n1a04.pdf>. Acesso em: 13 de abril 2015.

MATOS, F.P.L.; **Aborto: liberdade de escolha ou crime? Barbacena.** Monografia [Graduação em Direito] - Universidade Presidente Antonio Carlos (UNPAC), 2011. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-fe9ee4442ac41a0909a985d347a32b74.pdf>>. Acesso em: 29 de maio, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA. **Abortamento inseguro: orientações técnicas e de políticas para sistemas de saúde.** 2º edição - Genebra: OMS, 2013. 123 p.

PAULO II, J.; **Carta Encíclica - Evangelium Vitae** [internet]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/enciclica_joao_paulo_2_evangelium_vitae.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2017.

PEDROSA, I.L.; GARCIA, T.R.; **“Não vou esquecer nunca!”: A experiência feminina com o abortamento induzido.** Rev. latino-am. [internet], v.8, n.6, p.50-8. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1515/1556>>. Acesso em: 10 de abril 2015.

PICCININI, C.A.; SILVA, M.R.; GONÇALVES, T.R.; LOPEZ, R.S.; TUDGE, J.; **O Envolvimento paterno durante a gestação.** Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica.

[internet]. v.17, n.3, p.303-314. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a03v17n3.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto 2016.

ROCHA, C.; VÁSQUEZ, M.A.; **O Brasil na nova cartografia global da religião.** Rev. Religião e Sociedade. [internet], Rio de Janeiro, v.34, n.1, p. 13 - 37. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rs/v34n1/02.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto 2016.

SANTOS, I.C.C.; **A objeção de consciência face ao aborto legal no ordenamento jurídico brasileiro.** Salvador. Monografia [Graduação em Direito] - Universidade de Salvador, 2011. Disponível em: <www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/1379/1066>. Acesso em: 11 de abril 2015.

SCAVONE, L.; **Nosso corpo nos pertence? Discurso feminista do corpo.** Rev. Gênero. [internet]. Rio de Janeiro, 2010. v.10, n.2, p. 47-62, 2010. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/4/1>>. Acesso em: 12 de agosto 2016.

RATES, C.M.P.; PESSALACIA, J.D.R.; **Posicionamento ético de acadêmicos de Enfermagem acerca das situações dilemáticas em saúde.** Rev. Bioética [internet], v.18, n.3, p.659 - 675, 2010. Disponível em: < http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/592/617>. Acesso em: 29 de maio 2017.

VALL, J.; PEREIRA, L.F.; FRIESEN, T.T.; **O perfil do Acadêmico de Enfermagem em uma Faculdade Privada da Cidade de Curitiba.** Rev. Caderno da Escola de Saúde. [internet]. Curitiba, v.01, p.1-10, 2009. Disponível em: < <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernossaude/index.php/saude/article/viewFile/18/18>>. Acesso em: 25 de maio 2017.

TOBIAS, A.A.T.; LIMA, P.G.; **Ações afirmativas na educação: avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos.** Rev. Lanplage

em Revista. [internet]. Sorocaba, v.1, n.3, p.118 - 129, 2015. Disponível em: <
<http://www.laplaceemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/104>>. Acesso em:
25 de maio, 2017.

APENDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Aborto previsto em lei - Opinião e conhecimento de acadêmicos de enfermagem

1. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade conhecer o posicionamento de estudantes de enfermagem que já cursaram disciplinas da área de Saúde da Mulher e/ou Bioética, e verificar o enfoque que o sistema universitário dá a esta temática e os aspectos éticos relacionados.

2. Participantes da pesquisa: Acadêmicos de enfermagem do 7º, 8º, 9º e 10º semestres da Universidade de Brasília.

3. Participação da pesquisa: A pessoa que participar do estudo vai responder a um questionário online elaborado pela equipe de pesquisa, incluindo questões sobre aspectos sociodemográficos e sobre a temática analisada. Sua participação é voluntária. Você tem liberdade para se recusar a participar ou, em qualquer fase da pesquisa, pode se recusar a continuar participando, sem qualquer prejuízo para você.

4. O registro: Os dados recebidos serão preservados com a pesquisadora e, posteriormente, destruídos após cinco anos do término da pesquisa. Os resultados serão divulgados no Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e em outros encontros científicos.

5. Confidencialidade: Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF (Parecer: 356/2011; Emenda: 13/09/2014). Devido a isso, nenhum dos procedimentos utilizados na pesquisa oferece riscos à sua dignidade e nenhum participante, ou seus dados, serão identificados/disponibilizados. Ou seja, será mantido o anonimato sobre a origem dos dados.

6. Benefícios: A participação na pesquisa produzirá informações importantes sobre o posicionamento dos acadêmicos de enfermagem perante o aborto legal e o serviço de Aborto Previsto em Lei. O conhecimento produzido poderá ampliar as discussões sobre o aborto no âmbito acadêmico, melhorar o processo de trabalho dos estudantes que possam vir a atuar no programa e criar estratégias para o desenvolvimento de cuidados humanizados às mulheres em situação de abortamento.

7. Dúvidas: Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com os membros da equipe de pesquisa.

Profa Dirce Guilhem: (61) 3107-1756. E-mail: guilhem@unb.br

Dra Maria da Graça Camargo Neves: (61) 9555-0593. E-mail: camargo.enf85@gmail.com

Acadêmica Alessandra Fontenele: (61) 81477191. E-mail: alelimafontenele@gmail.com

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

() Sim () Não

APENDICE II - Sessão 1: Questionário Sóciodemográfico
Aborto Previsto em Lei: opinião e conhecimento de acadêmicos de
enfermagem

1. Qual a sua idade?

- ☐ 18 a 20 anos
- ☐ 21 a 25 anos
- ☐ 26 a 30 anos
- ☐ 31 ou mais anos

2. Estado Civil:

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Namorando
- ☐ Casado(a) ou união estável
- ☐ Outro:_____

3. Possui filhos?_____ Quantos?_____

4. Qual a sua cor (autodeclarada)?

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena

5. Em que semestre você se encontra?

- ☐ 7º semestre
- ☐ 8º semestre
- ☐ 9º semestre
- ☐ 10º semestre

6. Qual a sua orientação religiosa?

- ☐ Católica
- ☐ Protestante/Evangélica
- ☐ Espírita
- ☐ Umbanda/Candomblé
- ☐ Agnóstica/Ateu
- ☐ Outra:_____

APENDICE III - Sessão 2: Questionário Temático

Aborto Previsto em Lei: opinião e conhecimento de acadêmicos de enfermagem

1. Qual é a sua opinião sobre o aborto? (Você pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Ato de desespero
- ☐ Forma de assassinato
- ☐ Direito feminino
- ☐ Atitude covarde
- ☐ Atitude pecaminosa
- ☐ Problema de saúde pública
- ☐ Não possuo uma opinião formada
- ☐ Outra: _____

2. Qual a sua opinião quanto às situações nas quais o aborto deve ser permitido?

(Você pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Anencefalia
- ☐ Microcefalia
- ☐ Gravidez resultante de estupro
- ☐ Risco de morte para a gestante
- ☐ Risco de má formação fetal
- ☐ Gestante abaixo dos 14 anos
- ☐ Mulher/casal não deseja a gravidez, independente do motivo
- ☐ Mulher em situação de vulnerabilidade (pobreza, violência e etc.)
- ☐ Síndromes genéticas incompatíveis com a vida após o nascimento
- ☐ Doenças Genéticas (exemplo: Síndrome de Down, Síndrome de Turner e etc.)
- ☐ Contrário em qualquer caso
- ☐ Não possuo uma opinião formada
- ☐ Outra: _____

3. Na sua opinião, a quem cabe a responsabilidade de decidir pela interrupção da gravidez? (Você pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Decisão única da mulher
- ☐ Decisão do profissional da saúde
- ☐ Decisão do casal
- ☐ Não deve ser realizado em nenhuma circunstância
- ☐ Não possui uma opinião formada
- ☐ Outra:_____

4. Quais foram as disciplinas cursadas por você (obrigatórias e/ou optativas) em que ocorreram discussões sobre os aspectos biológicos, fisiológicos, éticos e legais do aborto ou sobre o atendimento à mulheres e adolescentes que procuram o serviço de referência para interrupção de gravidez? (Você pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Bioética e Legislação em Enfermagem
- ☐ Cuidado da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente
- ☐ Introdução à Bioética (optativa)
- ☐ Embriologia Humana Fundamental (optativa)
- ☐ Outra(s):_____

5. Até este momento de sua graduação, qual foi o enfoque discutido durante as aulas sobre questões de abortamento?

- ☐ Questões sociais e culturais em torno do aborto
- ☐ Legislações profissionais sobre a assistência à mulher em situação de aborto
- ☐ Assistência e procedimentos técnicos em situação de abortamento.
- ☐ Aspectos anatômicos e fisiológicos do aborto.
- ☐ Legislação brasileira e/ou internacional sobre o aborto.
- ☐ Outra:_____

6. Você possui conhecimento ou teve contato com as normas técnicas "Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes" e/ou "Atenção Humanizada ao Abortamento" em algum momento da sua graduação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Você conhece o serviço de referência para a interrupção de gravidez nos casos previstos em lei (Programa Aborto Legal)?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

8. Você atuaria em um serviço de referência para a interrupção da gravidez em casos previstos em lei ou em qualquer outro que envolvesse o abortamento?

- () Sim
() Não

9. Caso a resposta anterior for negativa, informe, por favor, o motivo pelo qual você não atuaria no programa:

10. Você tem conhecimento sobre a Objeção de Consciência?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

11. De acordo com o que foi estudado na disciplina Bioética e Legislação de Enfermagem e a análise do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, feita no decorrer da graduação, o que você compreende por Objeção de Consciência?

12. Em relação à objeção de consciência, assinale o(s) item(s) que considera verdadeiro(s) dentro da temática do abortamento previsto em lei:

☐ O direito à objeção de consciência não cabe nos casos de necessidade de abortamento por risco de vida para a mulher e/ou no atendimento de complicações derivadas do abortamento inseguro.

☐ A Objeção de Consciência é o direito de recusa em realizar o abortamento em casos de gravidez resultante de violência sexual, no entanto, o profissional deve informar todos os direitos da mulher e garantir o cumprimento desde por outro(a) profissional da instituição ou de outro serviço.

☐ A Objeção de Consciência é um direito do profissional da saúde e pode ser alegado em qualquer situação.

☐ O direito à objeção de consciência pode ser alegado por motivação religiosa e/ou de fórum íntimo, desde que devidamente justificado.

☐ Não sei informar.

13. O serviço de aborto previsto em lei no SUS foi idealizado para atender mulheres que foram vítimas de estupro e em risco de morte, duas situações em que o Código Penal Brasileiro não pune os profissionais e as mulheres pela prática do aborto. O enfermeiro pode alegar objeção de consciência diante de uma situação destas, por ir contra a sua moral e/ou crenças. Porém, o direito à objeção não deve constituir um passe livre para a recusa da assistência. A sua motivação deve ser relevante, estar relacionada a integridade moral do indivíduo e ser razoável aos direitos das mulheres. Levando isso em consideração, você acredita que há influência da Objeção de Consciência no processo de trabalho da enfermagem?

☐ Sim.

☐ Não

14. Explique o porque da resposta.

15. Você já participou de algum curso, palestra, debate ou oficina em que foram discutidos aspectos éticos e/ou legislativos do abortamento?

() Sim

() Não

16. Qual? _____

17. Você acredita que debates em relação ao aborto durante a graduação refletem-se no cuidado às mulheres e adolescentes que buscam o serviço de referência para a interrupção da gravidez?


18. Você acha que o currículo acadêmico atual do curso de enfermagem da UnB consegue discutir aspectos éticos do aborto e abranger as competências técnicas do atendimento às mulheres e adolescentes em situação de abortamento?

() Sim


() Não

19. Você tem alguma sugestão para inclusão de temas relacionados à eticidade do abortamento em disciplinas do Currículo de Enfermagem?


ANEXO I



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde



FEPECS
Fundação de Ensino e Pesquisa
em Ciências da Saúde



GDF

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/SES-DF

Carta Nº 0475/2011 - CEP/SES/DF. Brasília, 31 de outubro de 2011.

Ilmº (a) Senhor(a)
DIRETOR(a) do(a): **HOSPITAL REGIONAL DA ASA SUL – SES/DF**

Assunto: aprovação do projeto de pesquisa – 356/11 - CEP/SES/DF

Senhor(a) Diretor(a),


Participamos a V. Sa. que o projeto “**ABORTO PREVISTO EM LEI E SUAS REPERCUSSÕES: VIVÊNCIAS EM UM SERVIÇO OFERECIDO POR HOSPITAL PÚBLICO DO DF**” encontra-se em conformidade com a Resolução 196/96 Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - CNS/MS e suas complementares.

Data da aprovação: 26/10/2011
Validade do parecer: 26/10/2013

Pesquisador responsável e telefone: MARIA DA GRAÇA CAMARGO NEVES – (61) 3338-8538

Os dados serão coletados na SES-DF o pesquisador deverá observar as responsabilidades que lhe são atribuídas na Resolução 196/96 CNS/MS, incisos IX.1 e IX.2, em relação ao desenvolvimento do projeto.

Ressaltamos que a conduta do pesquisador, assim como o seu acesso à Unidade de Saúde deve seguir as normas e os procedimentos preconizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. O pesquisador deve se apresentar ao Diretor da Unidade de Saúde para os procedimentos administrativos necessários.

Atenciosamente,

Maria Rita Carvalho Garbi Novaes
Comitê de Ética em Pesquisa/SES-DF
Coordenadora

AL-CEP/SES/DF

Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - SES
Comitê de Ética em Pesquisa
Fone/Fax: 3325-4955 – e-mail: cepesedf@saude.df.gov.br
SMHN – Q. 501 – Bloco “A” – Brasília – DF – CEP.: 70.710-907
BRASÍLIA - PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

Figura 1 - Parecer de aprovação do Projeto Inicial emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF ao qual está pesquisa estar inserida

ANEXO II



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Projeto Nº.
358/11

EMENDA A PROJETO

I – IDENTIFICAÇÃO

Título: - "Aborto previsto em lei e suas repercussões: vivências em um serviço oferecido por hospital público do Distrito Federal."

Pesquisador responsável: - Profissional de saúde

Data de Entrada no CEP: 01/11/2013

Data de Redistribuição ao relator: 04/11/2013

II – INTRODUÇÃO: MOTIVO(S) DA EMENDA

A solicitação de prorrogação do prazo, por mais dois anos é justificada devido haver, ainda, coleta de dados a serem efetivadas, tais como: 1) entrevistas aos profissionais do programa de interrupção legal da gestação; 2) complementação das entrevistas às mulheres que buscam o serviço (sujeita à demanda espontânea); 3) a análise dos dados pelo instrumento CAQDAS; 4) categorização das entrevistas.

A aprovação irá ao encontro do prazo previsto para a defesa da tese de doutorado.

III – PARECER DO CEP FRENTE ÀS RESOLUÇÕES 196/96 CNS/MS E COMPLEMENTARES:

A Emenda proposta está em conformidade com a Resolução CNS/MS 466/2012 (Projeto prorrogado, a sua validade até 11 novembro de 2015)

IV – EMENDA

Emenda aprovada



Brasília, 11 de setembro de 2013.


Luiz Fernando Salinas
Coordenador CEP/SES-DF

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP/SES-DF – SMHN Qd 03 – CORU: "A" BLOCO "1" Asa Norte
Brasília - DF - CEP: 70.710-100
Telefone: (061) 3325-4065 - E-mail: cep@ses.df.gov.br -
www.saude.df.gov.br

Figura 2 - Parecer de emenda do Projeto Inicial emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF ao qual está pesquisa estar inserida



ANEXO III

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"><div style="text-align: center;">COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - FEPECS/SES-DF</div></div>								
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP								
<p>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</p> <p>Título da Pesquisa: OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA E O ABORTO PREVISTO EM LEI: VIVÊNCIAS EM UM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE</p> <p>Pesquisador: Maria da Graça Camargo Neves</p> <p>Área Temática:</p> <p>Versão: 1</p> <p>CAAE: 50625115.4.0000.5553</p> <p>Instituição Proponente: Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB</p> <p>Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p> <p>DADOS DO PARECER</p> <p>Número do Parecer: 1.317.438</p> <p>Apresentação do Projeto:</p> <p>Trata-se de tese para a obtenção do título de doutorado em enfermagem.</p> <p>"A objeção de consciência emergiu e se consolidou em função das exigências decorrentes do exercício da cidadania no Estado democrático de Direito. Pode ser declarada sempre que uma pessoa ou grupo de pessoas são confrontados com questões conflituosas, que vão de encontro às suas crenças pessoais... O profissional de saúde vivencia situações desafiadoras, porém, a objeção de consciência não deve colocar em risco o processo de atenção à saúde, direito garantido por lei para todas as pessoas."</p> <p>Objetivo da Pesquisa:</p> <p>Objetivo Primário:</p> <p>Conhecer e compreender a existência da objeção de consciência na prática do aborto previsto em lei em um hospital público.</p> <p>Objetivo Secundário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar revisão integrativa da literatura científica de autores brasileiros sobre o tema da Objeção de Consciência e sua interface com o aborto previsto em lei;- Caracterizar o perfil de adolescentes e mulheres que buscam o Serviço de Aborto Previsto em Lei;								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td style="padding: 5px;">Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS</td><td style="padding: 5px;">CEP: 70.710-904</td></tr><tr><td style="padding: 5px;">Bairro: ASA NORTE</td><td style="padding: 5px;">Município: BRASILIA</td></tr><tr><td style="padding: 5px;">UF: DF</td><td style="padding: 5px;">E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com</td></tr><tr><td style="padding: 5px;">Telefone: (61)3325-4955</td><td style="padding: 5px;">Fax: (33)3325-4955</td></tr></table>	Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS	CEP: 70.710-904	Bairro: ASA NORTE	Município: BRASILIA	UF: DF	E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com	Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955
Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS	CEP: 70.710-904							
Bairro: ASA NORTE	Município: BRASILIA							
UF: DF	E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com							
Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955							

Página 01 de: 04

Figura 3 - Parecer de Consubstanciado desta pesquisa emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF

ANEXO IV

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"><div style="text-align: center;">COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - FEPECS/SES-DF</div></div>								
Continuação do Parecer: 1.317.438								
<p>- Conhecer as concepções que profissionais de saúde que atuam no aborto previsto em lei possuem sobre o conceito de Objeção de Consciência e como se dá sua apropriação na prática cotidiana.</p>								
<p>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</p> <p>Riscos:</p> <p>Os riscos poderiam acontecer nos momentos das entrevistas, por causar constrangimentos ou sinais de tristeza. devido a este motivo a banca do CEP indicou que uma psicóloga acompanhasse as entrevistas.</p> <p>Benefícios:</p> <p>Melhorar a qualificação da equipe que presta assistência a mulher durante o aborto previsto em lei e com isso proteger esta de possíveis violências institucionais.</p>								
<p>Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:</p> <p>Estudo com delineamento exploratório-descritivo realizado por meio de investigação multidimensional em uma concepção pragmática, tendo como base a utilização dos métodos mistos. A abordagem de métodos mistos empregada neste estudo iniciou-se no campo da psicologia.</p> <p>Para a coleta dos dados, utilizaram-se dois instrumentos. O primeiro foi composto por um roteiro que continha questões fechadas, relacionadas aos dados sociodemográficos dos entrevistados, e foi aplicado no início da entrevista. O segundo instrumento – denominado roteiro de entrevistas – era composto por questões abertas que tinham o objetivo de direcionar a realização da entrevista em profundidade, o que favoreceu a interlocução confidencial e íntima em algumas entrevistas.</p> <p>Local da pesquisa: "A instituição na qual foi realizado este estudo é um centro de referência para a realização do aborto previsto em lei na região Centro-Oeste do Brasil."</p> <p>Participantes: "Compunham o conjunto de participantes do estudo profissionais de saúde provenientes das áreas de medicina, enfermagem, psicologia e serviço social. Esses profissionais foram entrevistados em momentos reservados para este fim e em local privativo, garantindo-se privacidade e confidencialidade.</p> <p>Número de participantes: 10.</p> <p>Metodologia de Análise de Dados: Entrevistas abertas, gravadas e transcritas para compor a análise temática de conteúdo para construção de categorias que dão significados e contemplam os objetivos do estudo. Estas categorias foram confeccionada por juízes, expertises em análise temática de conteúdo.</p>								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td colspan="2">Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS</td></tr><tr><td>Bairro: ASA NORTE</td><td>CEP: 70.710-904</td></tr><tr><td>UF: DF</td><td>Município: BRASILIA</td></tr><tr><td>Telefone: (61)3325-4955</td><td>Fax: (33)3325-4955 E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com</td></tr></table>	Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS		Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.710-904	UF: DF	Município: BRASILIA	Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955 E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com
Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS								
Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.710-904							
UF: DF	Município: BRASILIA							
Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955 E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com							

Página 02 de 04

Figura 4 - Parecer de Consubstanciado desta pesquisa emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF

ANEXO V





	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - FEPECS/SES-DF			
<small>Continuação do Parecer: 1.317.438</small>				
<p>Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:</p> <p>Foram apresentados: Folha de Rosto sem apresentação e assinatura da Instituição proponente.</p> <p>O TCLE está apresentado de maneira inadequada. Deve ser inicialmente em forma de convite com explicações claras ao participante da pesquisa sobre riscos e benefícios. Veja as orientações na Resolução CNS 466/2012.</p> <p>O cronograma apresentado: Realização de PIBIC sobre o mesmo tema com início em 20/10/2015 e término em 10/11/2016.</p>				
<p>Recomendações:</p>				
<p>Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:</p> <p>Solicita-se:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Informar se a coleta de dados do trabalho em tela já foi iniciado e apresentar cronograma compatível.2) Apresentar TCLE conforme as orientações da Resolução CNS 466/2012.				
<p>Considerações Finais a critério do CEP:</p>				
<p>Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:</p>				
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_617491.pdf	30/10/2015 09:56:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TESE.docx	28/10/2015 15:58:05	Maria da Graça Camargo Neves	Aceito
Parecer Anterior	CEP.pdf	28/10/2015 15:53:57	Maria da Graça Camargo Neves	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	28/10/2015 15:51:42	Maria da Graça Camargo Neves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	28/10/2015 15:48:53	Maria da Graça Camargo Neves	Aceito
<p>Situação do Parecer:</p> <p>Pendente</p>				
<p>Necessita Apreciação da CONEP:</p> <p>Não</p>				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS</p><p>Bairro: ASA NORTE CEP: 70.710-904</p><p>UF: DF Município: BRASÍLIA</p><p>Telefone: (61)3325-4955 Fax: (33)3325-4955 E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com</p></div>				
<small>Página 03 de 04</small>				

Figura 5 - Parecer de Consubstanciado desta pesquisa emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF

ANEXO VI

 <div style="display: inline-block; text-align: center; vertical-align: middle;"><p>COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - FEPECS/SES-DF</p></div> 																
<p>Continuação do Parecer: 1.317.438</p>																
<p>BRASILIA, 11 de Novembro de 2015</p>																
<hr style="width: 30%; margin: 0 auto;"/> <p>Assinado por: Helio Bergo (Coordenador)</p>																
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td colspan="4" style="padding: 5px;">Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS</td></tr><tr><td colspan="2" style="padding: 5px;">Bairro: ASA NORTE</td><td colspan="2" style="padding: 5px;">CEP: 70.710-904</td></tr><tr><td style="padding: 5px;">UF: DF</td><td colspan="3" style="padding: 5px;">Município: BRASILIA</td></tr><tr><td style="padding: 5px;">Telefone: (61)3325-4955</td><td style="padding: 5px;">Fax: (33)3325-4955</td><td colspan="2" style="padding: 5px;">E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com</td></tr></table>	Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS				Bairro: ASA NORTE		CEP: 70.710-904		UF: DF	Município: BRASILIA			Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955	E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com	
Endereço: SMHN 2 Qd 501 BLOCO A - FEPECS																
Bairro: ASA NORTE		CEP: 70.710-904														
UF: DF	Município: BRASILIA															
Telefone: (61)3325-4955	Fax: (33)3325-4955	E-mail: comitedeetica.secretaria@gmail.com														

Página 04 de: 04

Figura 6 - Parecer de Consubstanciado desta pesquisa emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPECS/SES/DF